

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIÊNCIA  
ENERGÉTICA NO ÂMBITO DA UTILIZAÇÃO RACIONAL DE ENERGIA NA PISCINA  
MUNICIPAL DO TRAMAGAL - ABRANTES**

**AJUSTE DIRETO N.º 253/2024**

## Índice

<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>5</b>
<b>DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>5</b>
Cláusula 1.ª.....	5
Objeto.....	5
Cláusula 2.ª.....	5
Contrato .....	5
Cláusula 3.ª.....	6
Prazo de vigência do contrato.....	6
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>6</b>
<b>OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....</b>	<b>6</b>
<b>SECÇÃO I .....</b>	<b>6</b>
<b>OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS .....</b>	<b>7</b>
<b>SUBSECÇÃO I .....</b>	<b>7</b>
<b>DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>7</b>
Cláusula 4.ª.....	7
Obrigações principais do prestador de serviços.....	7
Cláusula 5.ª.....	13
Assistência técnica.....	13
Cláusula 6.ª.....	14
Serviços complementares .....	14
Cláusula 7.ª.....	14
Responsabilidade pelos trabalhos complementares .....	14
Cláusula 8.ª.....	14
Fases da prestação do serviço.....	14
Cláusula 9.ª.....	14
Forma de prestação do serviço .....	14
Cláusula 10.ª.....	15
Prazo de prestação do serviço.....	15
Cláusula 11.ª.....	16
Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato .....	16

# CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO A CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS



Cláusula 12.ª .....	16
Transferência de propriedade .....	16
<b>SUBSECÇÃO II .....</b>	<b>17</b>
<b>DEVER DE SIGILO .....</b>	<b>17</b>
Cláusula 13.ª .....	17
Objeto do dever de sigilo .....	17
Cláusula 14.ª .....	17
Prazo do dever de sigilo .....	17
Secção II .....	17
Obrigações do Município de Abrantes .....	17
Cláusula 15.ª .....	18
Preço base .....	18
Cláusula 16.ª .....	18
Preço contratual .....	18
Cláusula 17.ª .....	19
Condições de pagamento .....	19
CAPÍTULO III .....	19
PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....	19
Cláusula 18.ª .....	19
Penalidades contratuais .....	19
Cláusula 19.ª .....	20
Força maior .....	20
Cláusula 20.ª .....	21
Resolução por parte do contraente público .....	21
Cláusula 21.ª .....	22
Resolução por parte do prestador de serviços .....	22
CAPÍTULO IV .....	22
CAUÇÃO E SEGUROS .....	22
Cláusula 22.ª .....	22
Caução .....	22
Cláusula 23.ª .....	22
Seguros .....	22

CADERNO DE ENCARGOS  
RELATIVO A CONTRATOS  
DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS



CAPÍTULO V ..... 23

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS ..... 23

Cláusula 24.ª ..... 23

Foro competente..... 23

CAPÍTULO VI ..... 23

DISPOSIÇÕES FINAIS ..... 23

Cláusula 25.ª ..... 23

Subcontratação e cessão da posição contratual ..... 23

Cláusula 26.ª ..... 24

Trabalhadores afetos à prestação do serviço ..... 24

Cláusula 27.ª ..... 24

Comunicações e notificações ..... 24

Cláusula 28.ª ..... 24

Contagem dos prazos ..... 24

Cláusula 29.ª ..... 24

Legislação aplicável ..... 24

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Serviços para Implementação de Medidas de Eficiência Energética no Âmbito da Utilização Racional de Energia na Piscina Municipal do Tramagal – Abrantes**, em conformidade com a legislação aplicável, as cláusulas jurídicas e os anexos ao presente Caderno de Encargos.

**Cláusula 2.ª**

**Contrato**

1. O contrato, reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de julho, na sua redação atual, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. Nos termos dos artigos 4.º, 6.º, 7.º, 10.º, 21.º e 23.º da Lei n.º 31/2009, de 03 de julho, na sua redação atual, fazem parte também do contrato a celebrar os seguintes elementos, que devem ser

apresentados, à data da celebração do contrato:

- **Termos de responsabilidade do autor dos projetos das especialidades de engenharia objeto da prestação de serviços, com indicação do respetivo Código de verificação das competências profissionais emitido por associação pública de natureza profissional,** nos termos do disposto Anexo II da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro, para efeitos do disposto nos artigos 4.º e 10.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na atual redação, **anexando-se ao presente caderno de encargos, as minutas dos referidos termos de responsabilidade (Anexo II);**  
**Caso na consulta no site da associação pública de natureza profissional, não se encontre disponível a informação necessária das respetivas competências profissionais do técnico, mediante consulta do código de verificação de competências disponibilizado, deve ser entregue documento comprovativo de inscrição válida em associação profissional do autor dos projetos objeto da prestação de serviços, que comprove as suas qualificações para a sua elaboração;**
- **Comprovativos da contratação de seguro de responsabilidade civil válido;**

O Município de Abrantes designará um Gestor do Contrato, para promover o devido acompanhamento da execução do contrato, nos termos do disposto no artigo 290.º-A, em conjugação com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de julho, na sua redação atual.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo de vigência do contrato**

1. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O início do contrato conta-se a partir da data de assinatura do mesmo e após publicitação no Portal da Internet dedicado aos contratos públicos <http://www.base.gov.pt>, sendo esta publicitação condição de eficácia do contrato.

## **CAPÍTULO II**

### **OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

#### **Secção I**

## Obrigações do prestador de serviços

### Subsecção I

#### Disposições gerais

#### Cláusula 4.<sup>a</sup>

#### Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

a) **Desenvolver e entregar os projetos previstos na Cláusula 1.<sup>a</sup>, de acordo com as seguintes fases:**

- **Fase 1: Auditoria Energética, incluindo Plano de Racionalização de Energia (PREn);**
- **Fase 2: Certificação Energética (Ex-ante);**
- **Fase 3: Projeto de Execução;**
- **Fase 4: Assistência Técnica.**

b) **FASE 1: Auditoria Energética, incluindo Plano de Racionalização de Energia (PREn):**

**b1) A Auditoria Energética deverá incidir sobre os seguintes aspetos:**

- Identificar as ações/ intervenções prioritárias de racionalização energética, nomeadamente ao nível da “utilização de equipamentos eficientes”, e da eventual utilização de energias renováveis que possam vir a ser implementadas.
- Verificação dos equipamentos e sistemas existentes e apresentação de propostas para correção de não conformidades nos mesmos.
- Verificação do consumo geral da instalação, nomeadamente:
  - ✓ Medição do consumo elétrico em plena carga;
  - ✓ Verificação da potência contratada na fatura vs. o consumo auditado;
  - ✓ Avaliação das condições de funcionamento dos equipamentos de maior consumo;
- Identificação de potencial para a utilização de energias renováveis;
- Identificação de potencial para o aumento da eficiência dos sistemas energéticos;
- Identificação de potencial para a redução de consumos energéticos por implementação de medidas monitorização e de gestão de consumos;

- Conscientização para a utilização racional de energia pelos utilizadores do edifício.

**b2) Plano de Racionalização de Energia - PREn deverá incidir sobre os seguintes aspetos:**

O PREn consiste numa auditoria a todos os equipamentos e sistemas da Piscina Municipal, a qual deverá ser, orientada para a determinação e descrição técnico-económica do Plano de Medidas de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PM.SEUR).

A referida auditoria detalhada, deverá incidir sobre todos os equipamentos/ sistemas da Piscina Municipal e em específico a determinados equipamentos / sistemas (iluminação, produção térmica, climatização...), permitindo definir com rigor a sua eficiência energética.

A análise deverá permitir numa identificação exaustiva do PM.SEUR.

b2.1) Deverão ser alvo do PREn as seguintes tarefas a serem executadas conforme descrito:

- Análise da utilização e consumo da energia, identificar as áreas de consumo significativo de energia, nomeadamente:

- ✓ Identificar instalações, equipamentos, sistemas, perfis de utilização e pessoas que afetam significativamente o consumo de energia;
- ✓ Identificar outras variáveis relevantes que afetam significativamente o uso de energia;
- ✓ Determinar o desempenho energético atual das instalações, equipamentos, sistemas e perfis de utilização relacionados com os consumos de energia identificados;
- ✓ Estimar os consumos futuros de energia.

- Estabelecer um consumo energético de referência, considerando um período adequado ao uso e consumo de energia dos edifícios em estudo.

- Identificar, priorizar e registar oportunidades de melhoria do desempenho energético.

**c) Fase 2: Certificação Energética (Ex-ante):**

As atividades de Certificação Energética consistem nas seguintes ações:

- Reunião de projeto com os técnicos representantes do Proprietário do Edifício para recolha de evidências da manutenção da solução construtiva e das boas práticas na instalação dos sistemas AVAC;

- Verificação dos relatórios anteriores de auditoria e confirmar os requisitos previstos no Decreto-Lei 101-D/2020 de 7 de dezembro, com vista à emissão CE do edifício;



- Realização de amostragem de pelo menos 10% dos espaços e sistemas, dos requisitos previstos no Decreto-Lei 101-D/2020 de 7 de dezembro, referentes ao conforto (°C, Hr%, Lux, PM10) e do consumo de energia com vista a emissão CE do edifício, sendo definidas as seguintes atividades:
  - ✓ Verificação do cumprimento legal de manutenção em equipamentos energéticos como, motores, Ventiladores, Bombas, Chiller's, caldeiras, Utas, iluminação etc.
  - ✓ Inspeção das condições de limpeza dos sistemas de Difusão nos espaços;
  - ✓ Inspeção do cumprimento das imposições de não existência de fontes de poluição na proximidade de tomadas de ar;
  - ✓ Monitorização das condições de Renovação de ar (Caudais/Velocidade);
  - ✓ Monitorização das condições de tratamento de ar (Temperatura/Hr %);
- Verificar existência e conteúdo do plano de manutenção preventiva das instalações mecânicas de tratamento ambiente;
- Emissão do Certificado Energético Ex-ante do edifício nos termos do sistema de certificação energética no âmbito do DL 101-D/2020 de 7 de dezembro, aplicável a grandes edifícios de comércio e serviços.

**d) Fase 3: Projetos de Execução**

No âmbito da sustentabilidade energética, obrigação de entregar na fase de projeto de execução, os seguintes projetos

- ✓ Projeto de Execução de Sistema Fotovoltaico em Autoconsumo;
- ✓ Projeto de Execução de Otimização de Produção Térmica (Bomba de Calor e Caldeiras);
- ✓ Projeto de Execução de Otimização de AVAC (UTAN, UTD e CPA);
- ✓ Projeto de Execução de Iluminação;
- ✓ Projeto de Gestão Técnica Centralizada;
- ✓ Plano de Segurança e Saúde em Projeto;
- ✓ Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

d1) Obrigação de **instruir**, na fase de Projeto de Execução, o **Projeto de Sistema Fotovoltaico em Autoconsumo**, elaborado de acordo com o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, na sua redação atual, Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 76/2029, de 3 de junho, se aplicável e Portaria n.º 949-A/2006, de 11 de setembro, na atual redação.

- d2) Obrigação de **instruir, na fase de Projeto de Execução, o Projeto de Otimização de Produção Térmica**, elaborado de acordo com o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, na sua redação atual, e demais legislação e documentos técnicos aplicáveis em vigor.
- d3) Obrigação de **instruir, na fase de Projeto de Execução, o Projeto de Execução de Otimização de AVAC**, elaborado de acordo com o Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, na sua redação atual, e demais legislação e documentos técnicos aplicáveis em vigor.
- d4) Obrigação de **instruir, na fase de Projeto de Execução, o Projeto de Iluminação**, elaborado de acordo com a Portaria n.º 949-A/2006, de 11 de setembro, na atual redação, EN12464-1: 2021 e demais legislação e documentos técnicos aplicáveis em vigor.
- d5) Obrigação de **instruir, na fase de Projeto de Execução, o Projeto de Gestão Técnica Centralizada**, elaborado de acordo com a Portaria n.º 949-A/2006, de 11 de setembro, na atual redação, Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, na sua redação atual e demais legislação e documentos técnicos aplicáveis em vigor.
- d6) Obrigação de elaborar, o **Plano de Segurança e Saúde em Projeto**, nos termos do disposto nos artigos 4.º, 5.º, 6.º 7.º 18.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e **de entregar declaração subscrita pelo coordenador de segurança em projeto**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, **ou termo de responsabilidade do autor do plano de segurança e saúde em projeto, caso o referido plano seja elaborado por outra pessoa que não o coordenador de segurança em projeto, acompanhada de documento comprovativo de que o mesmo tem qualificação adequada para a sua elaboração e subscrição**, anexando-se para o efeito ao presente caderno de encargos, o modelo da referida declaração (**Anexo III**);
- d7) Obrigação de **elaborar o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição**, nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, alterado pelo Decreto Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, na atual redação e **de entregar termo de responsabilidade do autor e documento comprovativo de que o mesmo tem qualificação adequada para a sua elaboração e subscrição**, anexando-se, para o efeito, ao presente caderno de encargos, o modelo do referido termo de responsabilidade (**Anexo III**);
- d8) **Documento com a relação completa dos elementos apresentados** de acordo com o estabelecido na **Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto**, e no n.º 4 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de julho, na sua redação atual, e demais legislação

específica aplicável;

**d9) Declaração atestando que, tecnicamente, os elementos da solução da obra a realizar entregues a definem e enquadram em termos técnicos e cumprem com a legislação aplicável, e se for o caso, da fundamentação circunstanciada para a desnecessidade de algum(ns) desses elementos;**

**d10) Medições detalhadas e respetivo mapa de quantidades de trabalhos, com a indicação da natureza e da quantidade de todos os trabalhos necessários à execução da obra a realizar, conforme alínea b) do n.º 4 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de julho, na sua redação atual, e orçamento baseado nas quantidades e qualidades de trabalho constantes nas medições detalhadas, em conformidade com os modelos que constam no Anexo IV ao presente Caderno de Encargos;**

**d11) Incluir nas medições, no mapa de quantidade de trabalhos e no orçamento, todos os encargos, incluindo taxas, relativas às certificações, vistorias e ensaios a realizar nos termos legais, após a conclusão da obra, até à receção provisória;**

**d12) Termos de responsabilidade, subscritos pelo autor dos projetos de execução das especialidades de engenharia objeto da prestação de serviços, pela correta elaboração do respetivo projeto e pela sua conformidade às disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como pelo cumprimento das obrigações previstas no artigo 12.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, na sua redação atual, conforme disposto nos n.ºs 1, 3 e 7 do artigo 21.º do mesmo diploma, **redigido em conformidade com o modelo que consta no Anexo II ao presente Caderno de Encargos;****

**d13) Indicar, nos termos de responsabilidade o respetivo Código de verificação das competências profissionais emitido por associação pública de natureza profissional, nos termos do disposto Anexo II da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro, para efeitos do disposto nos artigos 4.º e 10.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na atual redação.**

Caso na consulta no site da associação pública de natureza profissional, não se encontre disponível a informação necessária das respetivas competências profissionais do técnico, mediante consulta do código de verificação de competências disponibilizado, deve ser entregue documento comprovativo de inscrição válida em associação profissional do autor dos projetos objeto da prestação de serviços, que comprove as suas qualificações para a sua elaboração;

**d14) Observar as Especificações Técnicas que constam do Anexo I ao presente Caderno de Encargos;**

**d15) Instruir o Projeto de Execução das especialidades de engenharia objeto da prestação de serviços** com os elementos previstos na **Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto**, e com os demais elementos legalmente exigíveis que, em função das características específicas da obra, se justifiquem;

**d16) Indicar, nas peças escritas e desenhadas do Projeto de Execução das especialidades de engenharia objeto da prestação de serviços, a menção “tipo ou equivalente” em todas as especificações técnicas que façam referência a marcas**, tendo em consideração o disposto no artigo 49.º e no Anexo VII do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de julho, na sua redação atual;

**d17) Entregar os seguintes exemplares do projeto de execução das especialidades de engenharia objeto da prestação de serviços:**

- ✓ **(um) exemplar das peças escritas e desenhadas em suporte de papel opaco formato A4 ou superior, dobrado em A4;**
- ✓ **1 (um) exemplar em formato digital (*pen drive* ou por transferência via *WeTransfer* ou similar), com os ficheiros das peças escritas em formato editável *.doc* e ou *.xls* e em formato não editável *.pdf*, e com os ficheiros das peças desenhadas em formato editável *.dwg* (versão 2017 ou inferior) e em formato não editável *.dwf*.**

**d18) Garantir a Assistência Técnica, nos termos do disposto no artigo 9.º do Anexo I da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto;**

**d19) Proceder, após a receção provisória da obra, à elaboração de Telas Finais a ela respeitantes**, verificando a conformidade das mesmas com o Projeto de Execução e das eventuais alterações nele introduzidas de acordo com as informações fornecidas pelo Dono da Obra, e **entregar os seguintes exemplares dos elementos a elaborar** nesta fase:

- ✓ **(um) exemplar das peças desenhadas em suporte de papel opaco formato A4 ou superior, dobrado em A4;**
- ✓ **1 (um) exemplar em formato digital (*pen drive* ou por transferência via *WeTransfer* ou similar), com os ficheiros das peças escritas em formato editável *.doc* e ou *.xls* e em formato não editável *.pdf*, e com os ficheiros das peças desenhadas em formato editável DWG (versão 2017 ou inferior) e em formato não editável DWF.**

A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

**Cláusula 5.ª**

**Assistência técnica**

1. O coordenador de projeto e os autores dos projetos ficam obrigados a garantir a assistência técnica necessária à boa execução da obra, sempre que for solicitado ou quando tal se revele necessário, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 1.º do Anexo I da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.
2. A Assistência Técnica, a prestar nos termos do disposto no artigo 9.º do Anexo I da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, deve ocorrer, quer na fase do procedimento de formação do contrato até à adjudicação da obra, quer durante a execução da obra.
3. Na fase do procedimento de formação do contrato, e até à adjudicação da obra, a Assistência Técnica ao Dono da Obra compreende as atividades seguintes:
  - a) Esclarecimento de dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo do concurso para adjudicação da empreitada ou fornecimento de bens moveis;
  - b) Prestação de informações e esclarecimentos solicitados por candidatos a concorrentes, sob a forma escrita e exclusivamente por intermédio do Dono da Obra, sobre problemas relativos à interpretação das peças escritas e desenhadas do projeto ou eventuais erros e omissões do mesmo;
  - c) Prestação do apoio ao Dono da Obra na apreciação e comparação das condições da qualidade das soluções técnicas das propostas de molde a permitir a sua correta ponderação por aquele, incluindo a apreciação de compatibilidade com o projeto de execução, constante do caderno de encargos, de variantes ou alterações que sejam apresentadas;
4. Durante a execução da obra, a Assistência Técnica compreende:
  - a) Esclarecimento de dúvidas de interpretação de informações complementares relativas a ambiguidades, erros ou omissões do projeto, bem como elaboração das peças de alteração do projeto necessárias à respetiva correção e à integral e correta caracterização dos trabalhos a executar no âmbito da referida correção;
  - b) Apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelo empreiteiro ou pelo dono da obra, incluindo, quando apropriado, a sua compatibilidade com o projeto;
  - c) Proceder, concluída a execução da obra, à elaboração das telas finais a ela respeitantes, verificando a conformidade das mesmas com o projeto de execução e das eventuais alterações nele introduzidas no decurso da obra, de acordo com as informações fornecidas pelo dono da obra.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Serviços complementares**

Quaisquer serviços não previstos no contrato serão considerados como serviços complementares nos termos dos artigos 370.º a 381.º, por remissão do artigo 454.º, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de julho, na sua redação atual.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Responsabilidade pelos trabalhos complementares**

No caso de trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões decorrentes de incumprimento de obrigações de conceção, deve o Município de Abrantes ser indemnizado, nos termos previstos nos n.ºs 6 e 7 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de julho, na sua redação atual.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Fases da prestação do serviço**

1. Os serviços objeto do contrato identificados na Cláusula 1.ª, compreendem as seguintes fases:
  - **Fase 1: Auditoria Energética, incluindo Plano de Racionalização de Energia (PREn);**
  - **Fase 2: Certificação Energética (Ex-ante);**
  - **Fase 3: Projeto de Execução;**
  - **- Fase 4: Assistência Técnica, nos termos do disposto no artigo 9.º do Anexo I da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.**

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Forma de prestação do serviço**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade que se revele adequada e para as quais seja convocado nos termos do número seguinte, reuniões de coordenação com os representantes do Município de Abrantes, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. Todas as comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português e entregues em formato digital (*pen drive* ou por transferência



via *WeTransfer* ou similar), com os ficheiros das peças escritas em formato editável *.doc* e ou *.xls*, e das peças desenhadas em formato editável *.dwg* (versão 2017 ou inferior) e em formato não editável *.dwf* nas situações em que se justifique.

#### Cláusula 10.ª

##### Prazo de prestação do serviço

1. O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, de acordo com as seguintes fases e datas:
  - a) **Fase 1: Auditoria Energética, incluindo Plano de Racionalização de Energia (PREn), até 5(dias) dias, a contar da data da celebração do contrato;**
  - b) **Fase 2: Certificação Energética (Ex-ante); até 5(cinco) dias, a contar da data de entrega da Auditoria Energética, incluindo Plano de Racionalização de Energia (PREn);**
  - c) **Fase 3: Projeto de Execução; até 15(quinze) dias, a contar da data da Certificação Energética (Ex-ante);**

**Fase 4: Assistência Técnica:** a assistência técnica a prestar durante a execução da obra, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 9.º do Anexo I da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, **terá início após notificação da data da conclusão da consignação da obra ou da data da aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra pelo Dono da Obra, caso esta última data seja posterior, e conclusão após a entrega das Telas Finais, que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a receção provisória da obra;**
2. Os prazos são suspensos pelo Município de Abrantes, mediante notificação ao prestador de serviços, nas seguintes situações:
  - a) Durante o período de verificação da conformidade dos elementos entregues nas fases da prestação do serviço;
  - b) Durante o período necessário à consulta e receção de pareceres, autorizações, aprovações ou certificações de entidades externas, a que haja lugar nos termos da lei;
  - c) Durante o período de suspensão da obra, desde que surja qualquer impedimento, de força maior, por causas não imputáveis ao Município de Abrantes.
3. Os prazos previstos na alínea a) do n.º 1 podem ser prorrogados por iniciativa do Município de Abrantes ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 97.º e no artigo 440.º, por remissão do artigo 451.º, do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 11.ª**

**Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato**

1. No prazo máximo de **5 (cinco) dias**, a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, o Município de Abrantes procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise referida no ponto anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Abrantes toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso da análise efetuada pelo Município de Abrantes a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, o Município de Abrantes deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Abrantes, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município de Abrantes procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise do Município de Abrantes a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, acrescida dos pareceres, autorizações, aprovações ou certificações de entidades externas, a que haja lugar nos termos da lei, que devem ser emitidos no prazo de 20 dias úteis a contar da data de disponibilização do processo, com exceção dos procedimentos de aprovação não sujeitos a este regime, prazo após o qual, deverá ser emitida, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, declaração de aceitação pelo Município de Abrantes.

**Cláusula 12.ª**

**Transferência de propriedade**



1. Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município de Abrantes.
2. Com a transferência da posse e da propriedade dos elementos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

### **Subsecção II**

#### **Dever de sigilo**

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Abrantes, a que tenham acesso ou conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Secção II**

#### **Obrigações do Município de Abrantes**

**Cláusula 15.ª**

**Preço base**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de julho, na sua redação atual, o preço base (máximo) do procedimento é fixado em **10.295,00 € (dez mil duzentos e noventa e cinco euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, como parâmetro base (máximo) do preço contratual.

**Cláusula 16.ª**

**Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Abrantes deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço a que se refere o n.º 1 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:
  - a) **Pela Fase 1: Auditoria Energética, incluindo Plano de Racionalização de Energia (PREn): 20% do preço contratual definido na cláusula anterior,** repartidos do seguinte modo: 70% com a entrega da Auditoria Energética, incluindo Plano de Racionalização de Energia (PREn) e 30% com a aprovação Auditoria Energética, incluindo Plano de Racionalização de Energia (PREn) pelo Município de Abrantes;
  - b) **Pela Fase 2: Certificação Energética (Ex-ante): 20% do preço contratual definido na cláusula anterior,** repartidos do seguinte modo: 70% com a entrega da Certificação Energética (Ex-ante) e 30% com a aprovação Certificação Energética (Ex-ante) pelo Município de Abrantes;
  - c) **Pela Fase 3: Projeto de Execução: 50% do preço contratual definido na cláusula anterior,**

repartidos do seguinte modo: 70% com a entrega dos projetos de execução e 30% com a aprovação dos projetos de execução pelo Município de Abrantes;

- d) Pela FASE 4 - Assistência técnica: 10% do preço contratual definido na cláusula anterior, a pagar após a receção provisória da obra e aceitação das Telas Finais pelo Município de Abrantes;**

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município de Abrantes, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 60 dias, após a receção pelo Município de Abrantes das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato e após a aceitação dos mesmos pelo Município de Abrantes, nos termos das Cláusulas 10.ª e 16.ª do presente Caderno de Encargos.
3. As faturas deverão ser enviadas para o email [faturacao@cm-abrantes.pt](mailto:faturacao@cm-abrantes.pt), com a indicação do número da requisição ou do compromisso.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Abrantes, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

### **CAPÍTULO III**

#### **PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Abrantes pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento da data e prazo de entrega dos elementos referentes à execução do contrato,

a pena pecuniária a aplicar será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P=V*A/500$$

em que

P = montante da penalidade;

V = preço contratual;

A = número de dias em atraso.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Abrantes pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do valor contratual vincendo.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Abrantes tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Abrantes pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Abrantes exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços, ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou outra, resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços, dos deveres ou ónus que sobre ele recaiam e que se revelem impeditivas do exato cumprimento do contrato;
  - d) Manifestações populares devidas pelo incumprimento por parte do prestador de serviços, de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua, ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços, não devidas sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Abrantes pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no seguinte caso:
- a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes à execução do contrato superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Abrantes.

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
  - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de julho, na sua redação atual;
  - b) O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 24.ª.
2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Abrantes, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **CAUÇÃO E SEGUROS**

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Caução**

Não é exigida a prestação de caução, nem a retenção até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Seguros**

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos exclusivamente no decurso da sua atividade, inerentes ao desenvolvimento das atividades integradas no objeto do contrato.
2. O prestador de serviços deverá acautelar a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil para todos os técnicos integrados na Equipa de Projeto abrangidos pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, nos termos e com a amplitude e as coberturas previstas no seu artigo 24.º, e demais legislação em vigor à data da celebração do contrato.
3. Os encargos relativos aos seguros previstos no número anterior, bem como quaisquer deduções efetuadas pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, correrão por conta do prestador de serviços.
4. O prestador de serviços deverá assegurar a manutenção em vigor das apólices de seguro contratadas durante a execução do contrato.
5. O Município de Abrantes pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 10 dias.

## **CAPÍTULO V**

### **RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 25.ª**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de julho, na sua redação atual.

#### **Cláusula 26.ª**

##### **Trabalhadores afetos à prestação do serviço**

O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de julho, na sua redação atual, por remissão do disposto no n.º 2 do artigo 451.º do mesmo código.

#### **Cláusula 27.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de julho, na sua redação atual, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 28.ª**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 29.ª**

##### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.